



REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

ISSN: 2237-9843

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

Marinucci, Roberto

L'invasione immaginaria. L'immigrazione oltre i luoghi comuni

REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,  
vol. 28, núm. 58, 2020, Janeiro-Abril, pp. 259-262

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

DOI: 10.1590/1980-85852503880005816

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407063191016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

 [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## **L'INVASIONE IMMAGINARIA. L'IMMIGRAZIONE OLTRE I LUOGHI COMUNI**

*The Imaginary invasion. Immigration beyond commonplaces*

AMBROSINI, Maurizio. Napoli: Bari-Roma, 2020, 171p.

Roberto Marinucci\*

*"L'invasione immaginaria. L'immigrazione oltre o luoghi comuni"*, de Maurizio Ambrosini, professor da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Milão, é um valioso ensaio para a compreensão das dinâmicas das migrações contemporâneas, com foco nos contextos da União Europeia, em geral, e da Itália, especificamente. O livro, dividido em seis capítulos, aborda diferentes temáticas, como os dados estatísticos do fenômeno migratório, os fatores que impulsionam os deslocamentos, a seletividade das fronteiras, os impactos econômicos, os desafios nos núcleos familiares e, no último capítulo, as políticas migratórias.

Como o próprio título revela, o livro tem como principal objetivo promover um conhecimento mais objetivo e aprofundado sobre as migrações. De fato, segundo Ambrosini, na atualidade, a questão migratória tende a ser interpretada a partir de percepções emotivas, mecanismos de generalização, fatos de crônica pontuais alardeados por manchetes sensacionalistas da imprensa, interesses políticos e eleitorais. Em vez disso, para o autor, a temática deveria ser abordada com base em sólidos estudos que ressaltem a complexidade e a diversificação no que diz respeito ao tamanho, à tipologia, às causas e aos impactos nos diferentes âmbitos. Tal conhecimento é necessário tanto para desmistificar a crença na "invasão migratória", quanto para proporcionar argumentos sólidos para quem se solidariza com pessoas migrantes e refugiadas.

O primeiro capítulo é paradigmático. Utilizando dados estatísticos sobre migrações em nível mundial, europeu e, sobretudo, italiano, o autor desmonta a ideia da invasão. De fato, as estatísticas mostram que as pessoas imigradas,

\* Editor-chefe da revista REMHU, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Brasília - DF, Brasil. E-mail: [remhu@csem.org.br](mailto:remhu@csem.org.br). Orcid: 0000-0002-2042-2628.

que vivem na UE e na Itália, são prevalentemente brancas, europeias, do sexo feminino e de tradição cristã (católica, protestante ou ortodoxa). O que já derruba numerosos estereótipos. Na realidade, o que gera temor e reação não é tanto a alteridade das pessoas migrantes, mas a pobreza. O problema é a aporofobia. O *immigrato* é apenas o estrangeiro pobre. A riqueza embranquece (*la ricchezza sbianca*), diz Ambrosini. Enfim, a distorcida visão mediática focada no limitado fenômeno dos salvamentos no Mediterrâneo se torna símbolo de uma ilusória invasão incontrolada e caótica, o que influencia tanto o reduzido “reconhecimento social” de seus protagonistas por parte da população nativa, quanto a abordagem política e legislativa.

O segundo capítulo aborda a questão dos fatores que induzem as migrações. O autor parte de um ditado muito comum na Itália: *aiutiamoli a caso loro*. A expressão é utilizada por setores sovrânistas e xenófobos para tentar conciliar políticas migratórias restritivas e, por vezes, violentas, com um suposto interesse em promover direitos humanos das pessoas em mobilidade. A lógica é: não admitimos migrantes pobres em nosso território, mas os auxiliamos em seus países de modo tal que não precisarão emigrar. Diante desse argumento Ambrosini desmonta o lugar-comum do nexos determinístico entre migração e pobreza: de fato, os que emigram para Itália não são os indivíduos mais pobres oriundos dos países mais pobres; assim sendo, as ajudas ao desenvolvimento, ainda que eticamente auspiciáveis, não podem imediata e automaticamente estancar os ingressos. A migração é um fenômeno seletivo, que exige capital humano, social e financeiro. Não é por acaso que a grande maioria dos solicitantes de refúgio, que geralmente “fogem” às pressas de suas terras, não chegam à Europa e muito menos à Itália.

O terceiro capítulo verte sobre o tema das fronteiras e das barreiras, físicas e simbólicas, que geram sistemas seletivos de admissão caracterizados pelas assim chamadas três “P”: *Passaporti*, *Portafogli* e *Professioni* (passaportes, carteiras e profissões). A seletividade das fronteiras está relacionada ao país de origem, às disponibilidades econômicas (o *ius pecuniae* embranquece e desnacionaliza!) e, sobretudo, à capacidade de se encaixar em segmentos deficitários do mercado de trabalho. Essa seletividade diz também respeito ao contexto interno e local, com um conjunto de dispositivos de discriminação que, de fato, alimentam uma “integração subordinada” (*integrazione subalterna*): há espaços socioeconômicos para os estrangeiros e outros para os nativos. Por outro lado, Ambrosini destaca também o profundo e capilar trabalho de organizações da Sociedade Civil e de grupos informais engajados em busca de uma inclusão cidadã das pessoas migrantes. Com efeito, o tema da imigração se tornou um espaço de luta simbólica de projetos antagônicos de sociedade.

No quarto e quinto capítulos Ambrosini se debruça sobre a questão econômica e familiar, respectivamente. O autor defende uma correlação entre dinamismo econômico e ocupação das pessoas migrantes, aportando numerosos argumentos. De forma análoga a Canales (2019), defende a necessidade do trabalho migrante para reprodução e sustentação da economia nacional e, ao mesmo tempo, aponta vários mecanismos e empecilhos que, de fato, dificultam a mobilidade social de migrantes de primeira e segunda geração. Com efeito, a inserção no mundo do trabalho é marcada pela funcionalidade (aceitação de trabalhos rejeitados pelos nacionais) e pela injustiça (integração subordinada). No que diz respeito à família, Ambrosini ressalta como a reunificação familiar continua sendo o primeiro motivo de ingresso no país. Entre os numerosos desafios apontados, o autor destaca o *gap* entre os direitos familiares dos nacionais e aqueles dos estrangeiros; os desafios das famílias transnacionais, sobretudo das maternidades transnacionais; o papel econômico e simbólico das remessas; os impérvios caminhos de integração da juventude migrante. A questão familiar é essencial a fim de promover uma integração efetiva e justa dos migrantes. Não é por acaso que a passagem da migração por trabalho à migração por reunificação familiar está aumentando as reações por parte dos segmentos mais nacionalistas e sovrânistas.

O último capítulo do livro aborda a questão das políticas migratórias na Itália, com um histórico de sua evolução até o atual 2º governo Conte. Ambrosini realça o caráter ineficaz, ilusório, violento e discriminatório das políticas adotadas, que, de fato, estão produzindo apenas o aumento do número de migrantes “irregulares” e sem nenhuma proteção no território. O que só pode prejudicar a coesão social. Mas há soluções? O autor aponta várias: uma governança supranacional e focada nas diferentes tipologias migratórias; os programas de recolocação (*reinsediamento*), especialmente na UE; os corredores humanitários; a revisão dos acordos de Dublin; a abertura dos canais de imigração por trabalho; o fim das políticas de externalização de fronteiras (*outsourcing*), entre outras.

Enfim, em sua tarefa de derrubar mitos e clichês, Ambrosini destaca a “seletividade” que caracteriza o fenômeno migratório contemporâneo. Uma seletividade que diz respeito não apenas às pessoas que possuem o capital humano, social e econômico suficiente para usar o deslocamento geográfico como recurso, mas, sobretudo, às políticas migratórias: tanto as *políticas de admissão*, com a seletividade das fronteiras físicas e simbólicas, quanto as *políticas de integração*, com a seletividade do acesso a direitos. Há, de fato, uma “*integrazione subalterna*”, que consiste em uma “*tacita gerarchizzazione della società, in cui gli immigrati trovano un posto e una corrispondente accettazione soltanto mettendosi in coda dietro gli italiani*”. A grande ilusão, talvez, seja acreditar que o objetivo das políticas migratória restritivas seja

eliminar a presença das pessoas migrantes, quando, na realidade, é apenas o de gerar sua “deportabilidade” (De Genova, 2002), de modo a estabelecer uma hierarquização da sociedade e reproduzir *in loco* as relações de dominação colonial. Ambrosini, a este propósito, propõe uma mudança de perspectiva: a passagem de uma visão patológica da migração, como se fosse produto de uma anomalia, para uma visão da migração como um recurso que pode favorecer todos os sujeitos envolvidos.

### Referências bibliográficas

- CANALES, Alejandro. La centralidad de las migraciones en la reproducción de las sociedades avanzadas. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 57, p. 101-121, Dec. 2019.
- De GENOVA, Nicholas. Migrant “illegality” and deportability in everyday life. *Annu. Rev. Anthropol.*, n. 31, p. 419-447, 2002.